



## IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

### PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF HUMAN RIGHTS VIOLATIONS: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Camilla Gonçalves Fortecki<sup>1</sup>

Ellen Karoline Rodrigues Oliveira<sup>1</sup>

Gabriel Leal Chebli Castrillon<sup>1</sup>

Livia Melo Brunetta<sup>1</sup>

Rafaella Emilie Leal Borges Drager<sup>1</sup>

Eleno Marques de Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investiga os impactos psicológicos das violações de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira, com foco no filme *Ainda Estou Aqui*. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica utilizando fontes como SciELO e Google Acadêmico, além de discussões entre diversos autores. O regime ditatorial (1964-1985) empregou tortura, desaparecimento forçado e repressão para controlar a sociedade, deixando cicatrizes profundas. O filme aborda o caso de Rubens Paiva, deputado cassado, preso, torturado e desaparecido pelo Estado, evidenciando o sofrimento prolongado de sua família e a perpetuação do “poder desaparecedor”. A obra ilustra a repressão e o silenciamento institucional da época, reforçando a impunidade histórica. Também é discutido o papel da Psicologia no período, que, ao focar em abordagens clínicas individuais, negligenciou os impactos sociais e políticos do regime autoritário. Os achados apontam que os traumas não afetaram apenas as vítimas diretas, mas impactaram gerações inteiras, criando um legado de medo e censura. Conclui-se que o desaparecimento forçado, ainda usado como ferramenta de repressão, permanece presente na sociedade brasileira, destacando a necessidade de políticas de memória e justiça.

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Direitos humanos. Impactos psicológicos. Desaparecimento forçado. Memória coletiva.

<sup>1</sup> Acadêmicos do primeiro período de psicologia do Centro Universitário de Mineiros - [cafortecki@gmail.com](mailto:cafortecki@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor titular do Centro Universitário de Mineiros - [profelenoaraujo@outlook.com](mailto:profelenoaraujo@outlook.com)



**Abstract:** This study investigates the psychological impacts of human rights violations during the Brazilian military dictatorship, focusing on the film *Ainda Estou Aqui* (I Am Still Here). The research was conducted through a literature review using sources like SciELO and Google Scholar, alongside discussions among various authors. The dictatorial regime (1964-1985) used torture, forced disappearances, and repression to control society, leaving deep scars. The film addresses the case of Rubens Paiva, a censured congressman who was arrested, tortured, and disappeared by the state, highlighting the prolonged suffering of his family and the perpetuation of the "disappearing power." The work illustrates the repression and institutional silencing of the time, reinforcing historical impunity. It also discusses the role of Psychology during the period, which, by focusing on individual clinical approaches, overlooked the social and political impacts of the authoritarian regime. The findings show that the trauma affected not only the direct victims but entire generations, creating a legacy of fear and censorship. It is concluded that forced disappearance, still used as a repressive tool, remains present in Brazilian society, underscoring the need for memory and justice policies.

**Keywords:** Military dictatorship. Human rights. Psychological impacts. Forced disappearance. Collective memory.

## INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar os impactos psicológicos da violação dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, com foco na representação desse fenômeno no filme “Ainda Estou Aqui”. Os direitos humanos garantem a dignidade, liberdade e bem-estar de todos os indivíduos, destacando o direito à vida, à liberdade de expressão, à segurança pessoal e a um julgamento justo. Na ditadura, a violação desses direitos causou não apenas danos físicos, mas também profundas sequelas psicológicas, afetando as vítimas diretas, suas famílias e a sociedade. Formas de repressão como o desaparecimento forçado, a tortura e a perseguição política impuseram traumas psicológicos duradouros, os quais serão analisados a partir de uma abordagem que vincula história e arte cinematográfica.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise interpretativa do filme “Ainda Estou Aqui”. As fontes foram selecionadas em SciELO, Google Acadêmico e



outras bases, priorizando estudos sobre a ditadura militar e seus impactos psicológicos. Utilizou-se análise de conteúdo para identificar categorias temáticas. O filme foi analisado com foco nos efeitos psicológicos da repressão, aplicando elementos da análise crítica de discurso para relacioná-lo à literatura.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violação sistemática dos direitos humanos durante a ditadura militar brasileira foi uma das principais estratégias utilizadas pelo regime para garantir o controle e a repressão sobre a população. A tortura, o desaparecimento forçado e o assassinato de opositores políticos e ativistas sociais eram práticas recorrentes, que não só desrespeitaram os direitos fundamentais das vítimas, mas também perpetuaram uma cultura de impunidade e medo que ainda causa impactos psicológicos duradouros na sociedade brasileira. Nesse contexto, é possível analisar as consequências desse cenário por meio da obra cinematográfica *Ainda Estou Aqui*, dirigida por Walter Salles, considerando seu viés crítico em relação aos abusos cometidos durante o período ditatorial, que perdurou de 1964 até 1985. Um dos principais direitos violados apresentado no filme é ilustrado pela cena em que Rubens Paiva é preso e torturado por militares, sendo posteriormente dado como desaparecido, sem que houvesse provas concretas de sua morte, apesar de sua vida ter sido ceifada sob a custódia do Estado.

Na década de 1950, o Brasil enfrentava uma economia dependente, com profundas desigualdades sociais. Nos anos 1960, o governo de João Goulart buscava ampliar a participação popular, o que expôs as contradições de um modelo econômico de interesses incompatíveis. Em resposta, as classes dominantes, com apoio do capital estrangeiro, deram início à ditadura militar em 1964, justificando-a com a Ideologia da Segurança Nacional, sob o pretexto de combater a "ameaça comunista".

O regime militar implementou uma repressão brutal aos opositores, por meio de operações como "arrastão" e "pente-fino", que resultaram em torturas, mortes e exílios forçados. Milhares de vítimas foram documentadas pelo Projeto *Brasil Nunca Mais*, uma iniciativa da sociedade civil que investigou a tortura política no Brasil durante a ditadura, denunciando as graves violações de direitos. O projeto, desenvolvido por advogados e religiosos, com apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, revelou a extensão da violência do regime. A ditadura priorizou o capitalismo de Estado, sacrificando os direitos humanos em nome do desenvolvimento econômico.



A Ditadura Militar brasileira foi um marco histórico significativo, sendo o desaparecimento forçado uma das principais políticas de repressão do Estado, não só no Brasil, mas também nas ditaduras do Cone Sul, a partir dos anos 1970, com o objetivo de eliminar opositores e espalhar o terror. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, ao menos 243 pessoas desapareceram durante o regime, e os corpos eram ocultados em valas clandestinas, incinerados ou jogados em rios e no mar, refletindo o conceito de “*poder desaparecer*” (Calveiro, 2013).

A vala clandestina de Perus, em São Paulo, descoberta em 1990, revelou 1.049 sacos contendo restos mortais de perseguidos políticos e outras vítimas. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Brasil pelo desaparecimento de militantes da Guerrilha do Araguaia, embora as buscas ainda sejam limitadas. O crime de desaparecimento forçado segue sem tipificação legal no país, e muitas famílias continuam sem respostas sobre o destino de seus entes queridos.

Embora tenha sido intensificado durante a ditadura, o desaparecimento forçado remonta ao período colonial e continua a se manifestar na sociedade brasileira, refletindo a violência urbana e o silenciamento histórico, mantendo um padrão de repressão e ocultação da verdade. O caso de Rubens Paiva exemplifica claramente o “*poder desaparecer*” descrito por Pilar Calveiro (2013), no qual o Estado não só elimina fisicamente o opositor, mas também apaga sua existência da memória oficial, impedindo que as famílias e a sociedade conheçam a verdade sobre o destino dos desaparecidos.

O filme *Ainda Estou Aqui* narra a vida política de Rubens Paiva, um deputado cassado pela ditadura militar, que foi preso, torturado e desaparecido pelo regime. A obra reconstrói seus últimos momentos e destaca o impacto devastador de seu desaparecimento para sua família, que enfrentou décadas de incerteza e um silêncio oficial contínuo.

A narrativa evidencia o sofrimento prolongado dos familiares diante da ausência do corpo, o que impossibilitou o luto adequado e reforçou a punição contínua imposta pelo desaparecimento forçado. Em 2014, a certidão de óbito de Rubens Paiva foi retificada, reconhecendo sua morte como resultado da violência estatal, mas o filme sugere que o processo de luto permanece inconcluso, já que a verdade completa nunca foi revelada. Nos primeiros anos da Psicologia no Brasil, a profissão foi amplamente orientada por um modelo biológico, no qual o sofrimento humano era entendido como responsabilidade individual, e a adaptação às normas sociais era vista como o objetivo central da prática psicológica. Esse enfoque resultou na valorização da clínica como o principal espaço de atuação, conferindo-lhe grande prestígio e centralidade. Dessa forma, os atendimentos eram predominantemente realizados em consultórios particulares, com ênfase nas questões emocionais individuais dos pacientes.



Além disso, a prática psicológica da época buscava manter uma posição supostamente neutra, evitando debates sobre os impactos políticos de sua atuação. No entanto, essa postura contribuiu para a normalização das desigualdades e para a adaptação dos indivíduos a uma sociedade marcada por injustiças e opressão. A Psicologia, nesse cenário, assumia uma posição ambígua diante da violência de Estado: embora não denunciasse explicitamente o regime autoritário vigente, também não questionava suas práticas repressivas. Esse silêncio institucional revelava uma convivência implícita com o sistema, tornando a Psicologia, em certa medida, uma ferramenta de legitimação das estruturas de poder opressivas da época (Scarparo *et al.*, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que os traumas advindos da ditadura militar extrapolaram as vítimas diretas, atingindo toda uma geração submetida ao medo e à censura. A análise do filme “Ainda Estou Aqui”, articulada à trajetória de Rubens Paiva, revelou impactos psicológicos persistentes tanto na memória individual quanto na memória coletiva. Este estudo apresenta originalidade ao combinar análise cinematográfica e revisão teórica para aprofundar a compreensão das marcas subjetivas desse período, ressaltando a relevância da preservação da memória histórica como instrumento de resistência e reflexão crítica para a sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Fabíola Figueiredo da. **Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade**. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 37, n., p. 82-90, 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703060002017>. Acesso em: 15 mar. 2025

PEREIRA, Fernanda Martins; PEREIRA NETO, André. **O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização**. Psicologia em Estudo, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 19-27, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722003000200003>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall'Igna. **Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado**. Rev. Epos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, jun. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2025.



COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história.** Psicologia em Estudo, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 11-20, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722001000200003>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'milagre'.** Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor, 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/melob/Downloads/Cecilia\\_Coimbra\\_Guardiaes\\_da\\_Ordem\\_Uma\\_v.pdf](file:///C:/Users/melob/Downloads/Cecilia_Coimbra_Guardiaes_da_Ordem_Uma_v.pdf). Acesso em: 15 mar. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 15 mar. 2025.